

“SISTEMAS” PRIVADOS DE ENSINO: “DESESTRUTURANDO” O QUE HÁ DE PÚBLICO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS LOCAIS?

Theresa Adrião
Departamento de Educação
UNESP-RC

Este texto resume parte de reflexões decorrentes de pesquisa interinstitucional, financiada pela FAPESP, a respeito das estratégias pelas quais o setor privado tem, no âmbito da educação, se apropriado da esfera de ação até então reservada à gestão pública.

Aqui se destaca o crescimento no Estado de São Paulo, ainda que o fenômeno possa ser observado em outras regiões, de contratos firmados entre os governos locais e empresas privadas para a aquisição do que se divulga como “sistemas apostilados ou estruturados” de ensino. Em 2006, segundo informam prefeituras dos 645 municípios paulistas, 30,36% dos municípios com até 100 mil habitantes, declararam adotar “sistema” apostilado, em sua maioria voltados para o ensino fundamental, ainda que em alguns casos encontrem-se o uso de tais materiais também em creches e educação infantil.

Acreditamos que tal tendência articula-se aos seguintes fatores: diminuição da presença “orientadora” exercida pelo governo do Estado; ampliação das atribuições relativas à oferta educacional para os municípios; generalização da cultura de “responsabilização” de gestores pelo desempenho das escolas e diminuição do mercado privado para “produtos” educacionais.

Como consequências, assistimos: a ampliação da dependência da política educacional local em relação a empresas privadas, a diminuição do controle social sobre a elaboração de tais políticas e, no âmbito do trabalho escolar, a padronização de currículos e métodos pedagógicos já questionada durante a onda tecnicista da década de 1970.

